



PODER

CPMI se agarra ao STF para ganhar sobrevida

Mendonça vai relatar pedido de prorrogação da comissão que investiga fraudes no INSS, ignorado pela Mesa Diretora do Senado

» DANANDRA ROCHA

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado para relatar o pedido de prorrogação feito pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, marcada, inicialmente, para ser encerrada no próximo dia 28.

O colegiado trava uma batalha por mais tempo para investigar os descontos indevidos em aposentadorias e pensões de beneficiários da Previdência Social, apurações que se cruzaram, inclusive, com o escândalo do Banco Master, devido a empréstimos consignados. No entanto, segundo a comissão, a Mesa Diretoria e o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), têm sido omissoes, “não querem adotar as providências necessárias para a prorrogação”.

O requerimento solicitando a extensão dos trabalhos da CPMI foi apresentado em 19 de dezembro. Mas, conforme afirmou o presidente da comissão, Carlos Viana (Podemos-MG), não houve manifestação de Alcolumbre até o momento. Diante disso, o colegiado acionou o STF em busca de decisão liminar que permita ampliar o prazo das investigações por mais 60 dias.

“Se a CPMI não for prorrogada, quem vai perder é o Brasil. Tenho a consciência tranquila, justamente com o relator Alfredo Gaspar, de que nós estamos cumprindo com nosso dever, não estamos sendo omissoes, muito menos covardes. Se a CPMI não der sequência, ficará a responsabilidade deste Parlamento com a história brasileira, num escândalo que está entre os mais cruéis da história da República”, enfatizou Viana, ontem, em entrevista coletiva.

O parlamentar disse que a iniciativa do mandato não foi uma decisão conjunta com a oposição. “Estou aqui buscando investigação, colocando a claro um escândalo que envergonha todos nós. Por isso, eu defendo a prorrogação da CPMI. Não há questões políticas. Há o discurso político, é ano eleitoral, mas nós não podemos perder o foco, que é investigar o rombo na Previdência”, disse.

Apesar da repercussão política dos trabalhos, o presidente da

Andressa Anholte/Agência Senado



O senador Carlos Viana durante entrevista coletiva ontem: comissão corre contra o tempo, pois, a princípio, trabalhos só vão até o dia 28



Não há questões políticas. Há o discurso político, é ano eleitoral, mas nós não podemos perder o foco, que é investigar o rombo na Previdência”

Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPMI do INSS

CPMI sustentou que o foco da comissão permanece na apuração técnica dos fatos. “Estamos diante de um escândalo que envergonha o país. Nosso compromisso é esclarecer os fatos e impedir que esse tipo de fraude volte a ocorrer”, frisou.

Apesar de Viana destacar que há contribuições da CPMI à investigação

tanto dos descontos indevidos em aposentadorias quanto do caso Master, os trabalhos das comissão têm esbarrados em testemunhas e investigados que não comparecem às sessões ou ficam calados durante as oitivas, respaldados por decisões do STF.

“Enquanto o Parlamento não modificar a lei das CPMIs ou das CPIs, que obrigue testemunhas e investigados a comparecerem à comissão, nós estaremos a reboque do Supremo Tribunal Federal e de decisões, muitas vezes, políticas, que atrapalham e invadem nossas competências”, reclamou.

Ele lembrou que a comissão está na dependência de julgamento, pela Segunda Turma do STF, de pedido para que o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master, e outras oito pessoas prestem esclarecimentos no colegiado.

Prisões

Viana mencionou a operação de ontem da Polícia Federal sobre o escândalo do INSS, que mirou

a deputada Maria Gorete Pereira (MDB-CE) e outros alvos **(leia reportagem na página 3)**. Segundo Viana, a parlamentar figura como um dos principais nomes citados ao longo dos trabalhos da comissão. Ele ressaltou que diversos alvos atingidos na fase mais recente já haviam sido mencionados ou ouvidos pela CPMI.

“Outras prisões virão”, disse Viana, ao destacar a convergência entre as investigações parlamentares e as conduzidas pela Polícia Federal.

De acordo com o senador, o número de pessoas presas ligadas ao caso já chega a 14. Ele também apontou a existência de múltiplos núcleos de atuação dentro do esquema.

“Não estamos falando de uma única organização. Há pelo menos três grupos atuando de forma paralela, utilizando mecanismos semelhantes e, em alguns casos, os mesmos servidores”, disse.

Viana destacou ainda a suspeita de participação de servidores

do próprio INSS, seja por ação direta, seja por omissão. De acordo com ele, pareceres internos teriam sido utilizados para viabilizar práticas irregulares, o que pode configurar prevaricação.

Embora os valores desviados ainda estejam em fase de consolidação, o senador indicou que o montante pode ser elevado, considerando que as fraudes teriam ocorrido ao longo de um período estimado entre 12 e 15 anos.

Viana também falou na convocação do atual presidente do Banco Central, Gabriel Galpoldo, e do antecessor dele, Campos Neto. “Da mesma forma que o escândalo do INSS passou por três governos, o Master também teve governos que influenciaram, porque não é um escândalo que começou agora. O Master tem relacionamentos que perpassaram os governos que ocuparam o Palácio do Planalto. A meu ver, tanto o ex-presidente do Banco Central quanto o atual têm responsabilidade e explicações a dar.”

À espera da ex-noiva de Vercaro

Martha Graeff, modelo e influenciadora que namorou o fundador do Banco Master, Daniel Vercaro, prestará depoimento à CPMI do INSS na segunda-feira. A convocação partiu de requerimento do deputado Kim Kataguiri (Missão-SP).

Vercaro transferiu para a então namorada bens que podem superar R\$ 520 milhões. O dono do Master criou uma estrutura jurídica nos Estados Unidos com ex-noiva como beneficiária, na qual está, por exemplo, a casa de mais de R\$ 450 milhões em Miami, além de tê-la presenteado com itens de alto valor.

A PF suspeita de blindagem patrimonial. Já o advogado Lúcio de Constantino, que representa a influenciadora nega. Segundo ele, Martha não tem imóveis, veículos nem valores oriundos do relacionamento com o ex-banqueiro, tanto no Brasil quanto no exterior.

A defesa acrescentou que ela vive nos Estados Unidos há quase 20 anos, declara seu patrimônio integralmente na declaração de Imposto de Renda americana e que o documento não registra variação patrimonial associada ao relacionamento.

Martha entrou no inquérito após a PF apreender e peritar o celular de Vercaro. As mensagens recuperadas mostram o ex-banqueiro relatando encontros com figuras do Legislativo e do Judiciário.

Entre as autoridades citadas nas conversas estão o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o senador Ciro Nogueira (PP-PJ) e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

A defesa classificou o vazamento das mensagens como ilegal e afirmou que Martha se coloca à disposição das autoridades brasileiras.

Ed Alves/CB/D.A. Press



O conteúdo do celular de Vercaro estava numa sala-cofre desde sexta-feira

Vazamento da sala-cofre será apurado

O presidente da CPMI do INSS, Carlos Viana (Podemos-MG), informou que a Polícia Legislativa vai investigar possíveis vazamentos de informações sigilosas relacionadas ao banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. Os dados estavam armazenados na chamada “sala-cofre” da comissão, ambiente com acesso restrito a parlamentares e servidores credenciados.

A suspeita de entrada irregular de um dispositivo de gravação no local levou o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a determinar o fechamento do espaço.

Segundo o senador, houve tentativa de exposição de informações sensíveis, incluindo dados pessoais obtidos por meio de quebras de sigilo. “O que nós sabemos é que, infelizmente, existiram tentativas e vazamentos de algumas informações que deveriam permanecer apenas no âmbito da investigação e informações particulares ligadas à quebra de sigilo do senhor Daniel

Vercaro, que poderiam inviabilizar as provas”, disse Viana.

Segundo ele, a apuração é necessária para preservar a integridade das provas e garantir o andamento das investigações. “O mais importante neste momento é preservar esse material para que a investigação transcorra sem prejuízos”, afirmou.

Viana avaliou que a medida adotada pelo Supremo é adequada para evitar questionamentos judiciais futuros que possam comprometer eventuais responsabilizações.

Indícios

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite de segunda-feira, Viana afirmou haver indícios de que os vazamentos ocorreram após a entrada irregular de um equipamento de gravação na sala-cofre. Conforme o senador, imagens indicam que alguém conseguiu acessar o local com uma câmera, apesar dos protocolos de

segurança, que incluem detector de metais e a proibição de celulares.

Também ontem, o parlamentar se reuniu com a Advocacia do Senado para discutir o cumprimento da decisão de Mendonça e a possibilidade de solicitar prazo ao gabinete do ministro para a devolução dos dados à CPMI. Parte do material deverá passar por triagem para retirada de informações estritamente pessoais antes de nova liberação aos integrantes da comissão.

“Primeiro, nós temos que seguir as regras. E, ao mesmo tempo, fazermos um questionamento ao gabinete do ministro de quando esse material será devolvido, assim que as informações privadas forem retiradas desse escopo. Eu espero que o mais breve possível o material esteja de volta para que a gente possa completar o trabalho de análise e os parlamentares terem sequência dos trabalhos”, frisou.

O conteúdo presente no celular de Vercaro estava armazenado

em computadores numa sala-cofre desde a última sexta-feira. Um dia antes, Viana distribuiu um comunicado aos parlamentares sobre o que era permitido para acessar o material. “A entrada é permitida somente com papel e caneta. Dispositivos que forem levados, como celulares, serão colocados em envelope lacrado e retirados ao término do acesso à sala”, dizia o texto distribuído por Viana.

O presidente da CPMI ressaltou ainda que todos devem seguir as normas, para evitar vazamentos de informações. “Todos devem passar por detector de metais, inclusive os parlamentares, sem exceção.”

A sala-cofre ainda não havia sido utilizada pela CPMI do INSS. O espaço foi acionado em outras comissões, como a que investigou a atuação do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia da covid-19 e a do 8 de Janeiro. **(DR, com Agência Estado)**